

Assistência estudantil e permanência no ensino superior a partir da percepção de estudantes

Student assistance and permanence in higher education from the perception of students

Francione Charapa Alves^{1*}, Ana Maria do Nascimento², Francisco Raule de Sousa¹, Lorrann Cicero Melo dos Santos¹

RESUMO

A educação superior no Brasil sempre foi privilégio de uma determinada classe social e embora tenhamos visto um aumento significativo de acesso da classe popular nas Universidades, ainda existe uma discrepância no que se refere a sua permanência. Neste sentido, este artigo versa sobre o papel da assistência estudantil no contexto da permanência de estudantes e objetiva compreender suas concepções sobre a importância da assistência estudantil para a sua permanência na universidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa cuja obtenção dos dados foi realizada por meio de um questionário por do *Google Forms* com 80 estudantes da Universidade Federal do Cariri. Concluímos que não basta universalizar e democratizar o acesso ao Ensino Superior. A criação de formas mais igualitárias e justas de acesso à Universidade Pública faz-se urgente e necessária, porque visa modificar o cenário histórico de exclusão das camadas populares ao Ensino Superior. É um debate relevante, pois, contribui com a discussão sobre o acesso e permanência dos/as estudantes ao ensino superior, trazendo as vozes dos/as próprios/as alunos/as.

Palavras-chave: Assistência estudantil; Ensino Superior; Universidade Federal do Cariri.

ABSTRACT

Higher education in Brazil has always been the privilege of a certain social class and although we have seen a significant increase in access by the popular class to Universities, there is still a discrepancy in terms of their permanence. In this sense, this article deals with the role of student assistance in the context of student permanence and aims to understand students' conception of the importance of student assistance for their permanence at the university. This is a qualitative approach research whose data collection was carried out through a questionnaire by Google Forms with 80 students from the Federal University of Cariri. We conclude that it is not enough to universalize and democratize access to Higher Education. The creation of more egalitarian and fair forms of access to the Public University is urgent and necessary, because it aims to change the historical scenario of exclusion of lower classes from Higher Education. It is a relevant debate, as it contributes to the discussion about the access and permanence of students to higher education, bringing the voices of the students themselves.

Keywords: Student assistance; Higher Education; Cariri Federal University.

¹ Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri.

*E-mail: francione.alves@ufca.edu.br;

² Secretaria Municipal de Educação do Crato, Ceará.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação superior no Brasil, tem sido privilégio de um determinado grupo social, muito embora pudemos observar, nas últimas décadas, o número crescente de instituições superiores no Brasil, contudo, houve um aumento significativo de oportunidades, o que não garante a permanência desses estudantes. Esse fato permitiu mais acesso da classe popular à universidade, no entanto, com condições muitas vezes desfavoráveis à permanência, o que passa a ser preocupante e deve ser um dos focos das políticas educacionais, daí a necessidade da criação de programas no sentido de contribuir para que os e as estudantes concluam os seus cursos dos de graduação.

Dentre as iniciativas, podemos citar o programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, aprovado em 12 de dezembro de 2007 e instituído em 2010 pelo decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. De acordo com o seu Art. 1º, o programa “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.” (Brasil, 2010).

A implantação e implementação de programas que visam a garantia de direitos básicos de estudantes durante o período de formação requer, para além de ações burocráticas de estimativas de quantidades, seleções, entrevistas e oferta de apoio financeiro, a reflexão constante sobre o modo como os referidos programas impactam na efetiva permanência de seus e suas beneficiários/as, quais as especificidades estão sendo atendidas e de que modo a oferta e acompanhamento desses estão cooperando para uma universidade mais inclusiva e equânime.

Assim, no âmbito da temática, algumas pesquisas tem sido desenvolvidas dentro das próprias instituições e protagonizadas por estudantes e docentes que, a partir de uma percepção de seu contexto de formação, apontam para o reconhecimento dos avanços e possibilidades de análises e pesquisas sobre os indicadores (TAUFICK, 2014; IMPERATORI, 2017; LIMA; MENDES, 2020). De igual modo, pesquisas com foco nos marcadores sociais de diferenças também têm sido desenvolvidas. A título de exemplo, este texto figura como excerto de uma das investigações intitulada *Interseccionalidade e acesso ao ensino Superior: marcadores de diferença de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri*³.

³ Trata-se de uma pesquisa financiada pelo Cnpq (2021/2022); Universidade Federal do Cariri (UFCA) desde 2020 e pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), nos anos de 2020 e 2021. A pesquisa é intitulada *Interseccionalidade e acesso ao ensino Superior: marcadores de diferença de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri* e objetiva compreender

Desse modo, lançamos a seguinte provocação: qual o papel que a assistência estudantil desempenha em relação à permanência de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri (IFE/UFCA)?

Com base na questão norteadora, este artigo objetiva investigar sobre a concepção dos estudantes do Instituto de Formação de Educadores (IFE) do sobre a importância da assistência estudantil para a sua permanência na universidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa enquadra-se em uma abordagem qualitativa, com uso do método exploratório, que consiste em uma primeira aproximação de temas e fatos ainda não conhecidos para um aprofundamento temático *a posteriori*. (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011).

Realizamos um questionário por meio do *Google Forms*⁴ e obtivemos respostas de 80 estudantes do Instituto de Formação de Educadores⁵ da Universidade Federal do Cariri, *Campus* que abriga os seguintes cursos de licenciatura: Pedagogia, Interdisciplinar em Ciências e Matemática, Biologia, Química, Física, Matemática.

Para esse artigo, trabalhamos com um recorte do instrumental para analisar, visto a grande quantidade de material que foi coletado. A questão que trouxemos aborda, especificamente, sobre a assistência estudantil.

Esta pesquisa cumpre com todos os procedimentos éticos exigidos pelo comitê de ética, cujo parecer foi satisfatório. Para fins de resguardar a identidade dos participantes, foram nomeados pela letra A (aluno) seguida pela numeração da ordem de respostas do questionário.

O material foi tratado segundo os princípios da análise de conteúdo temática (Bardin, 1977): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira fase, realizamos a leitura do do material repetidas vezes, selecionando o que seria utilizado na análise final. Na segunda fase, exploramos o material, categorizando-o por temas. E na terceira fase realizamos o tratamento do material por meio de inferências que pode “apoiar-se nos elementos

como as políticas têm considerado os marcadores sociais de diferença, observando a forma com que se fazem presentes no público estudantil da UFCA, especificamente do Instituto de Formação de Educadores.

⁴ O Questionário, elaborado para uma pesquisa mais ampla, foi composto por quarenta questões, organizadas em quatro seções: 1) Perfil Socioeconômico; 2) Acesso e Permanência no Ensino Superior; 3) Sobre Assistência Estudantil; 4) Sobre Marcadores Sociais de Diferença e Discriminação.

⁵ Criado a partir da Resolução Nº 12/2014 – CONSUP, de 23 de abril de 2014, o Instituto de Formação de Educadores (IFE) é sediado na cidade de Brejo Santo-CE.

constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor” (BARDIN, 1977, p. 133).

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

A trajetória do Ensino Superior no Brasil é marcada tanto pelo atraso dessa modalidade de formação em relação a outros países como pelo seletivo grupo abastado e elitizado que inicialmente teve o privilégio de acesso à formação superior. Tal cenário de exclusão começa a ganhar novas perspectivas a partir de movimentos sociais que tinham como objetivo, após a período de ditadura militar⁶, oportunizar políticas de acesso e permanência no ensino superior que contemplasse a parcela da população menos privilegiada do país.

As fases desse processo são apontadas recorrentes vezes nas pesquisas sobre o prisma de Kowalski (2012), as quais se iniciam com a criação da Casa do Estudante do Brasileiro, que recebia jovens estudantes brasileiros em Paris, portanto, ação voltada à elite econômica brasileira. Entretanto, em 1931, a Casa do Estudante do Brasil construída no Rio de Janeiro e apoiada com recursos federais possibilitou espaço de discussão e busca por mais inclusão universitária, sobretudo com a criação da União Nacional de Estudantes – UNE e de outras agremiações embasadas em reivindicações surgidas desse “período de embates para a criação e fortalecimento de novas políticas públicas educacionais em que o acesso e a permanência passaram a ter espaço na agenda” (MALUF, XAVIER, VICTOR, 2021, p. 5). Além disso, diversos encontros deram força a essa reivindicação de direitos, como por exemplo, o Encontro Nacional de Pró – Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis, apoiadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (MALUF, XAVIER, VICTOR, 2021).

É importante destacar que a congruência de esforços entre assistência social e educação não tem como foco principal que esses/as estudantes sejam vistos/as como marginalizados/as ou carentes, mas objetiva a garantia de direitos como proteção social afirmativa que se distancie do que se possa confundir com assistencialismo ou clientelismo, encaminhando-os/as a oportunidades igualitárias e com condições justas para darem continuidade aos seus estudos ao

⁶ O período da ditadura militar no Brasil durou de 1964 e 1985. Foram cinco mandatos militares que instituiu 16 atos institucionais que se sobrepujam à Constituição Federal.

passo fossem atendidas condições específicas de seu contexto social, conforme aponta Sposati (2010):

A política de assistência social inscrita na CF/88 contesta o conceito de população beneficiada como marginal ou carente o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal, tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente a população pobre. (SPOSATI, 2010, p. 42)

Em diálogo com a autora, pesquisas mais recentes (PEREIRA; SOUZA, 2017) reafirmam o compromisso com a percepção da política de assistência estudantil como política pública que se efetiva frente às desigualdades sociais, evitando que esta seja confundida com mecanismos que possam fomentar ou reforçar dicotomias como: Educação - Assistência Social, Particular - Privado, Estudantes Ricos - Estudantes Pobres. Somado a isso, é importante compreender que não se trata de atender demandas meritocráticas, mas voltar-se para perspectivas dos direitos e co-participação de políticas na busca por democratização da educação, a qual é reivindicada pelos movimentos sociais e estudantis, sobretudo desde a década de 1980 e, mais recentemente, endossada pelos órgãos, dispositivos e planos estratégicos competentes de representação frente e junto ao governo, como é caso do Plano de Estruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI; da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino – ANDIFES; Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

No contexto cearense, destacamos uma pesquisa que apresenta a percepção dos discentes sobre as políticas públicas de assistência estudantil como indicativo da necessidade de melhorias tomando tais investigações sobre o tema como meio de contribuir para criação de mecanismos de monitoramento, controle, revisão e avaliação de ações de governança e de prestação de contas (*accountability*) em relação ao PNAES, de modo a subsidiar os gestores nas tomadas de decisões e reflexões (MALUF, XAVIER, VICTOR, 2021).

Tais conclusões, nos instigam a investigar a importância da percepção dos/as estudantes na devolutiva de como tem sido usufruir desses recursos e ações enquanto cursam o Ensino Superior. Nesse contexto, destacam-se ainda considerações dos/as estudantes sobre melhorias na oferta dos programas quando apontam como positivo a inclusão de domicílios situados na Zona Rural como indicador de vulnerabilidade econômica, dada a quantidade de usuários/as residentes nesse espaço. Somado a isso, indicam que a reavaliação de valores também é um fator a ser considerado, uma vez que para o contexto econômico atual já demonstram insuficiência (MALUF, XAVIER, VICTOR, 2021).

As ações concernentes à assistência estudantil e requeridas pelo PNAES são efetuadas com desdobramentos que ampliam a compreensão de que, efetivamente, as ações que visam garantir acesso, permanência e conclusão do ensino superior não se encontram exclusivamente voltadas ao índice crescente de aprovação nos diversos cursos ofertados, mas esta aprovação segue acompanhada de questões sociais que acompanham os/as estudantes tanto quando seu interesse por cursar o nível superior. Assim, as IFES organizam setores específicos responsáveis pelas referidas ações.

Na Universidade Federal do Cariri - UFCA, a Pró - Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, de forma integrada com outros setores, objetiva garantir o atendimento de demandas concernentes às discussões realizadas até aqui. Sua atuação, ações e objetivos aparecem expressos no Plano Diretor Institucional – PDI e destaca que para além do acesso está o combate a retenção e evasão mediante ações como auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio emergencial, auxílio-transporte, auxílio-creche, auxílio-óculos e auxílio financeiro a eventos acadêmicos e estudantis.

Não obstante, notarmos a considerável quantidade de bolsas e auxílios em diversas modalidades, o PNAES abrange outras como transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso a cursos livres de línguas estrangeiras, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O modo como possam ser selecionadas para oferta e adaptadas quando de seus períodos, frequência e quantidades é acompanhado de acordo com o planejamento anual e parcerias com os demais setores (JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

Do mesmo modo que as ações para atender as demandas já mencionadas são diversas, as variantes que operam ao longo da oferta são tópicos importantes para que possamos investigar. No presente trabalho, iniciaremos essa investigação partindo do modo como os/as estudantes compreendem a importância (ou não) da assistência estudantil para suas formações. A seguir, serão apresentadas análises que apontam para o reconhecimento de aspectos que garantam a permanência e implementação dessa política pública como garantia de diversos direitos que ultrapassam os muros da universidade indo às localidades rurais, às condições de moradia, acesso à tecnologia e outros fatores que são componentes a mais na formação de nível superior.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

Neste tópico trazemos a análise da questão realizada aos/às alunos/as que foram indagados se consideravam a assistência estudantil importante e por quê. Os dados foram organizados por meio da categorização das respostas em temáticas, conforme veremos a seguir.

Quando indagados sobre o papel que a assistência estudantil desempenha em relação à permanência de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri (IFE/UFCA), dos/as 80 alunos/as investigados/as, 77 disseram que sim, apenas três disseram ser indiferentes ou não saber. Em sua grande maioria apontam que o programa de assistência estudantil ajuda o/a estudante a se manter na universidade. Vejamos algumas respostas:

Sim, pois dá ao aluno suporte, e em muitos momentos é única forma que o estudante tem de se manter na universidade (A1)

A Assistência estudantil garante o direito à permanência no ensino superior. (A12)

Sim. Na assistência estudantil, muitas vezes encontramos os apoios necessários para a não desistência do curso. (A17)

Sim, porque é uma forma de auxiliar os alunos que não tem uma condição financeira que possibilita se dedicar somente aos estudos. (A21)

Sim. Pois ajuda bastante, e faz com que os estudantes não se preocupem "tanto", atrás de renda para pagar coisas relacionadas a faculdade. (A24)

Sim. Por que sem assistência o estudante tende a desistir devido às dificuldades (A25)

Sim, pois é ela que se preocupa com a permanência do estudante priorizando-o sempre (A27)

Porque permite ao estudante ter acesso a condições básicas como alimentação e transporte (A38).

Sim, pois permitir ao estudante de baixa renda a permanência nas universidades e em institutos federais, de maneira que garante aos estudantes a melhoria do desempenho acadêmico e a igualdade de oportunidades e direito. (A3)

Sim, porque ela ajuda os estudantes que mais necessitam para se manter no ensino superior. (A50)

Sim. Porque é um amparo que permite continuarmos nesse universo plural e enriquecedor que é a Universidade. (A60)

Sim, muito importante, pois muitas vezes o estudante não tem condição para arcar com os gastos necessários para permanecer no curso, e os auxílios por exemplo, ajudam bastante. (A63)

Sim. Diminui as dificuldades que os alunos com baixa renda enfrentam na Universidade. (A64)

Sim, ajuda financeira (A67)

Sim, porque proporciona aos alunos importantes informações sobre o curso e incentiva os mesmo a permanecerem no curso. (A71)

Sim, pois ajuda e incentiva muitas pessoas a continuarem na universidade. (A, 74)

Sim é de grande importância para o estudante, pois ajuda muito no seu desenvolvimento acadêmico. (A75)

Sim. Auxiliar nas dificuldades e dúvidas (A77)

Sim. Porque acolhe o aluno num determinado momento (A78)

As respostas elencadas acima, apontam a importância da assistência estudantil. De acordo com as afirmações, ela é vista como importante, pois, ajuda na permanência dos estudantes na instituição.

Destacamos a fala de A38, que ressalta a necessidade de alimentação e transporte. Esta é uma realidade, visto que muitos dos estudantes trabalham e vêm para a universidade diretamente do seu trabalho, assim, necessitam de um local para se alimentar, o que ainda não existe no *campus* investigado⁷. Outro fator importante de ser lembrado é a questão do transporte, pois muitos estudantes dependem de meios alternativos para virem de cidades vizinhas até o município de Brejo Santo, onde cursam a sua licenciatura que, conforme já fora mencionado, o Instituto de Formação de Educadores, dispõe, para a sociedade cariariense e adjacentes, de seis cursos de formação de professores.

Devemos salientar, que a expansão da Universidade trouxe para seu interior o aumento das classes populares. No entanto, Nierotka e Trevisol (2016) afirmam que:

A democratização do acesso à educação superior, particularmente dos jovens de baixa renda, passou a ganhar espaço na agenda dos governos e da sociedade brasileira apenas nos anos recentes, desencadeando políticas públicas de expansão e interiorização das vagas, assim como ações afirmativas voltadas aos grupos sociais mais excluídos. (NIEROTKA E TREVISOL, 2016, p.23)

Dentre as políticas comentadas pela autora e pelo autor, podemos citar o Projeto de Lei nº 73 de de 1999, que propôs ao Congresso Nacional a reserva de 50% das vagas das IES para estudantes provenientes de escolas públicas.

⁷ Ressalta-se que, apesar das limitações, o Restaurante Universitário do Campus de Brejo Santo será implantado ainda no primeiro semestre de 2022. Encontra-se em processo de estruturação e validação do cartão de alimentação dos estudantes e servidores.

Devido às condições de vulnerabilidade desses alunos/as, muitos/as dos/as que ingressam na universidade acabam desistindo pelo fato não conseguir conciliar o estudo com trabalho. Ou seja, notamos que há interesse de, ainda que trabalhando, cursarem o Ensino Superior e mesmo sabendo que poderão contar com a assistência estudantil, esta não é uma condição suficiente que possa suprir sua necessidade e de sua família. Submetidos à necessidade de escolha entre apenas umas das opções é comum escolherem o trabalho.

Diante dessa realidade foram pensadas políticas ou programas que pudessem contribuir para a permanência dos jovens na Universidade. O que podemos observar a partir “Art 5º. Serão atendidos no âmbito do PNAES, prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas Instituições Federais de Ensino Superior. Como visto,

[...] a assistência estudantil já nasce focalizada e residual, destinada aos estudantes pertencentes à classe trabalhadora e, por essa condição, enfrentando, nas suas condições objetivas de vida, dificuldades para a permanência no Ensino Superior – características herdadas do processo de institucionalização da assistência social como um direito na sociedade brasileira[...] (MOCELI, 2019, p.13)

As respostas dadas pelos/as estudantes, dialogam com as ideias apontadas aqui por Moceli (2019), Pois, em sua maioria colocam em evidência a questão financeiras como condição de permanência na Universidade.

Uma questão que nos chamou a atenção é que, de 80 discentes que foram interrogados/as sobre a importância da assistência estudantil, onze deles/as responderam apenas “sim”, sem se alongarem na resposta e 3 disseram não saber ou se colocaram como indiferentes. Vejamos:

Indiferente, já que nunca tive assistência estudantil. (A20)

Não sei (A28)

Deveria ser (A73)

As respostas sugerem uma investigação mais profunda, sobre quem são os/as estudantes, se eles se já tiveram ou já tentaram receber algum tipo de assistência e não conseguiram mergulhar mais profundamente no contexto na tentativa de compreender melhor a intenção dessas respostas. Conforme Freire (2011), é preciso decodificar a realidade para compreendê-la, para entender melhor, as questões apontadas pelos estudantes, requer voltar a eles buscando estabelecer uma relação dialógica que permita compreender a indiferença apontada por eles e elas nas respostas. A exemplo, insistir nas perguntas: você conhece de fato os programas de assistência estudantil? Por quê trouxeram essas respostas? Já tentaram e nunca

conseguiram? Ou não tentaram? Enfim, é um debate que necessita de aprofundamento. Corroborando com Freire (2011, p.134) “A captação e a compreensão da realidade se refazem ganhando um nível que até então não tinham”.

Seguindo com a análise, podemos perceber que os/as sete alunos/as seguintes reconhecem a importância da assistência estudantil e a percebem para além da questão financeira que é apontada por praticamente quase todos os investigados. Ganham destaque o acompanhamento psicológico, e as contribuições teóricas. Vejamos os depoimentos seguintes:

Sim. Se pararmos para olhar alguns alunos que não tinham tanta confiança em apresentar o TCC⁸, por exemplo, depois de passar por psicólogos e conversas com a pedagoga conseguiram da conclusão ao concurso depois dessas assistências. Ou ainda se olhar para as assistências a permanência discente, temos alunos que só conseguem estar no curso porque recebe auxílios da UFCA, se não teria que trabalhar em tempo integral não conseguindo assim está na universidade pública e de qualidade. (A14)

Elas são fundamentais para que os estudantes continuem seus estudos junto a universidade, visto que eles promovem ajuda de custo, ajuda pedagógica, para organização do tempo e estudo, e psicológica. (A16)

Sim, porque dá suporte para aqueles alunos que precisam de ajudar psicológico por conta desse período pandêmico e, também dar suporte para aqueles alunos com problemas financeiros através das bolsas e auxílios. (A29)

Sim, por proporcionar aos alunos um acompanhamento de profissionais para ajudar em alguns aspectos que por sua vez acaba prejudicando o rendimento acadêmico (A31)

É muito importante pelo fato de deixar o discente por dentro dos assuntos e criar ou aumentar mais ainda o interesse pelo curso, isso através por exemplo dos minicursos (A33)

Sim! Para auxiliar na construção de um conhecimento, para organizar um horário, para ser orientado em momentos que não são fáceis... (A47)

Sim, os alunos têm a oportunidade de terem apoio de profissionais capacitados para solucionar os seus problemas psicológicos, ajuda na organização de horário de estudo e ganhar auxílio financeiro para poder se manter. (A61)

Considero importante para diminuir as dificuldades crônicas que vários alunos enfrentam na graduação. (A62)

Sim, pois ajuda e orienta os estudantes nós mais diversos aspectos. (A65)

Como já anunciado, as questões elencadas pelos discentes, apontam situações relevantes que ultrapassam a questão financeira. Eles percebem o auxílio a partir de outras perspectivas: teórica, pedagógica e psicológicas. O aluno 14 por exemplo, afirma que a partir

⁸ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

da assistência estudantil, os alunos conseguem desempenhar-se melhor em suas atividades: escrever, e apresentar o trabalho de conclusão de curso (TCC). Cita claramente a importância do acompanhamento psicológico e da pedagoga nesse processo. Ressalta, ainda, a necessidade de o aluno ter tempo para desenvolver suas atividades de maneira eficaz, de acordo com sua fala, isso torna-se possível por conta do auxílio, o que permite desenvolver uma Universidade pública e de qualidade.

As falas indicadas acima merecem atenção, pois considerando o momento e contexto atual no qual estamos vivendo de Pandemia pelo Corona Vírus, a COVID 19. Essa realidade trouxe impactos para a vida das pessoas e da sociedade em geral, em várias dimensões. A necessidade do distanciamento social, as perdas provocadas neste período, a questão financeira, considerando que muitas famílias ficaram desempregadas, tudo isso implica em questões emocionais consideráveis. Salientamos que a saúde mental da população foi altamente afetada, e não foi diferente com os estudantes “Cabendo ressaltar que os efeitos para a saúde mental em geral são mais marcados nas populações que vivem em condições precárias, possuem recursos escassos e têm acesso limitado aos serviços sociais e de saúde” (SILVA, SANTOS e OLIVEIRA, 2020, p. 4). Considerando que em sua grande maioria os estudantes são pertencentes a essa população, estão mais vulneráveis as questões de saúde mental. O que implica, obviamente, a necessidade da atuação psicológica nesse contexto, como um elemento crucial para ajudar a cuidar da saúde dos estudantes, uma vez que a ansiedade, o sentimento de medo, preocupação, tem ganhado espaço na vida das pessoas e tem sido ameaça a saúde. Silva, Santos e Oliveira (2020, p. 5) revelam que:

Com o surto de COVID-19, tem-se percebido um pânico generalizado e estresse na saúde mental na sociedade. Estudos recentes realizados na China apontaram um impacto psicológico imediato na população em decorrência da pandemia, sendo observado um crescimento de sintomas de ansiedade, e até mesmo depressão [...]

Dito isto, os/as estudantes precisam ser assistidos psicologicamente de forma efetiva, para fortalecer a resiliência no enfrentamento do processo formativo. Talvez essa fala trazida por eles da importância do acompanhamento psicológicas, resulte também do esforço empreendido pela assistência de ajudar nesses momentos de sobrecarga mental.

Então, quando eles apontam o acompanhamento psicológico como algo relevante. As respostas sugerem a dimensão do papel da psicologia e dos psicólogos na vida dessas pessoas, acreditamos que não apenas nesse momento pandêmico, mas na caminhada educativa dos jovens universitários/as. A psicologia social ganha força e importância.

Para Almeida (2018, p.2) “[...] a Psicologia social surge buscando nas relações dos indivíduos com o mundo priorizar as questões sociais e coletivas.” Sendo assim, o psicólogo ganha papel fundamental, ainda segundo o autor “[...] o papel do psicólogo social e suas contribuições e intervenções no contexto da sociedade contemporânea (ALMEIDA, 2018, p. 2). Se considerarmos os/as alunos/as inseridos neste contexto compreendemos facilmente o papel da psicologia e do psicólogo.

Alguns/as alunos/as apontam as dimensões teóricas e pedagógicas como algo relevante, esse debate foi evidenciado pelos/as estudantes 14, 31, 3, 33, 47 e 63, quando apontam a importância do tempo para estudar, das orientações de estudos, construção de conhecimentos, organização do tempo de estudo. Isso nos leva a crer que estão compreendendo a relevância dos auxílios para além de uma visão meramente financeira, que ainda sendo necessária e urgente, não se constitui na única contribuição para eles.

Essa questão se torna relevante, pois corroborando com Saviani (2008), entendemos que o papel da educação escolar é garantir acesso à cultura para que os/as estudantes possam se apropriar do conhecimento historicamente elaborado. Se eles não tiverem condições de permanecer nas universidades, dificilmente terão acesso a esses conhecimentos que precisam para dialogar melhor com os problemas existentes na sociedade.

Por fim, as respostas dos setenta e sete estudantes investigados elucidam a importância da assistência estudantil, para a vida dos sujeitos universitários em diferentes dimensões, embora a questão financeira tenha centralidade. Diferente destas, A57 aponta a confiança, o que pode estar relacionada a vários aspectos para além dos financeiros, como psicológicos e pedagógicos.

Sim, pois os estudantes podem estar passando por dificuldades e com o auxílio da faculdade vai ajudar, os alunos vão ter mais confiança e tem mais compromisso. (A57)

Os/As discentes, muitas vezes, não fazem distinção entre o que seja assistência ou auxílio, porém, os apontam como fundamental para a permanência universitária, muito embora esse trabalho seja constantemente realizado pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) da UFCA e pela equipe pedagógica do Instituto de Formação de Educadores que é composta por uma pedagoga, uma assistente social e um psicólogo.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa evidenciou o papel que a assistência estudantil desempenha no Ensino Superior. Visto sob a ótica de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da UFCA, as

afirmações apresentadas em suas respostas nos servem para análise, mas, principalmente, registram o valor que cada estudante participante dessa pesquisa dá ao espaço universitário.

Neste sentido, a assistência estudantil objetiva garantir sua permanência ao longo de suas formações e sua importância e efeitos está para além da formação acadêmica, indo ao encontro de ações que propiciam condições sociais favoráveis que amenizam ou supram urgências e impedimentos que atravessam estudantes universitários de instituições públicas de todo o país, seja na graduação ou na pós-graduação.

Mais do um panorama de fragilidades, expressa-se a constituição da comunidade acadêmica atual para que, também a partir dessas questões, seja providenciado aprimoramento, ampliação e criação na oferta de programas para que reduzam desigualdades existentes em nossa sociedade na busca por equiparar as oportunidades na educação, oportunizando o desenvolvimento e a permanência no Ensino Superior, não dando margem para o crescimento dos índices de evasão.

A assistência estudantil é responsável por articular as melhores formas de atender as demandas que surgem na universidade e buscar parceria dos demais setores na identificação, assistência e inclusão de grupos vulnerabilizados e sem perspectiva do espaço da universidade como espaço de direito para todos e todas. Nessa compreensão, estudantes não são tão somente estudantes, mas compõe e são cotidianamente atravessados por questões e marcadores sociais que dizem sobre dar continuidade aos seus estudos ou abandoná-lo para buscar manutenção para si e para sua família.

Estudantes que também são pais, mães, deficientes, cuidadores de idosos/as em suas casas, com moradias sem condições de terem seus espaços de estudos, dentre outras variantes são alguns dos casos que a universidade congrega e, ainda que alguns recursos e auxílios não sejam diretamente voltados a algumas das necessidades exemplificadas, oportunizar a assistência estudantil como meio de reduzir as assimetrias sociais podem contribuir a curto e a longo prazo para melhor qualidade de vida tanto de estudantes como de seu espaço de convívio familiar.

Ressaltamos a localização da pesquisa em uma conjuntura específica do país, na qual tem se realizado recorrentes cortes financeiros na educação. As instituições públicas de Ensino Superior receberam cortes periódicos até mesmo em relação aos subsídios que asseguram a assistência estudantil, sendo assim, nem sempre é possível abranger quem dela necessita.

Frisamos igualmente, que se nos atentarmos ao momento vivenciado com a pandemia do Covid-19 que realçou as desigualdades, precisamos de um olhar peculiar para a permanência dos/as estudantes no Ensino Superior. No que se refere à permanência em casa durante o isolamento social, por exemplo, as condições de moradia e do ambiente doméstico para estudos pode ter sido impeditivo para dar continuidade aos seus estudos.

Considere-se, ainda, a necessidade para quem morava em outra cidade retornar para a casa de seus pais ou familiares, haja vista não precisarem permanecer morando na cidade que sediava a universidade, longe da biblioteca para estudos, de espaço razoavelmente adequado, com internet e outros suportes. Some-se a isso a necessidade de uso de equipamentos e tecnologias educacionais, a qualidade dos que tinham à disposição em seus domicílios e, certamente, a necessidade de compartilhamento com outros/as membros familiares que também fossem estudantes.

Por fim, a pesquisa evidencia que não basta universalizar e democratizar o acesso ao Ensino Superior. A criação de formas mais igualitárias e justas de acesso à Universidade Pública faz-se urgente e necessária, porque visa modificar o cenário histórico de exclusão das camadas populares ao Ensino Superior. Entretanto, essas ações precisam se desdobrarem em constantes suportes que lhes assegurem a permanência e, principalmente, o potencial que esses grupos têm de serem, também, produtores de saberes dentro da academia, através do acesso a bolsas de pesquisas, extensão, cultura, e o que mais se reconheça como garantia da plenitude de seus direitos pessoais e direito ao espaço público universitário tão essencial à construção de saberes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. **A Psicologia Social e o Papel do Psicólogo na Sociedade Contemporânea.** In: Psicologia o portal dos Psicólogos. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1222.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/DECRETO-N%C2%BA-7234-Assist%C3%A4ncia-Estudantil.pdf>. Acesso em 19 de Junho de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <https://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/DECRETO-N%C2%BA-7234-Assist%C3%A4ncia-Estudantil.pdf>. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Evidência*, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico Crítica**: Primeiras aproximações. 10 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2008.

SILVA, H.G.N., SANTOS, L.E.S., OLIVEIRA, A.K.S. Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. **Jornal of Nursing and Health**, n.10 (n.esp.), e20104007, 2020. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1097482/4-efeitos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-saude-mental-de-i_fNxf8zd.pdf. Acesso em 07 de dezembro de 2021.

MOCELIN, C. E. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. **O Social em Questão**, Ano XXII, nº 45. Set a Dez/2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_11.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

SPOSATI, A. O. **A Assistência Social no Brasil**: 1983-1990. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, P.; SOUZA, JACQUELINE DOMIENSE ALMEIDA DE. Assistência Estudantil: direito ou mérito. **O trabalho das Equipes Multiprofissionais na Educação**, 2017.

LIMA, W. A. S.; MENDES, V. L. P. S. Estudos sobre a avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil à luz das múltiplas abordagens teórico-metodológicas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 199-218, abr. 2020.

TAUFICK, A. L. O. L. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**. v. 30, n. 1, p. 181-201, 2014.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**[online]. São Paulo, n.129, p.285-303, maio/ago. 2017.

MALUF, S. N.; XAVIER, A. R.; VICTOR, DIJANE MARIA ROCHA. **Políticas públicas de assistência estudantil**: a percepção de discentes de uma Universidade Federal do Ceará, Brasil.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016.

Recebido em: 15/02/2022

Aprovado em: 12/03/2022

Publicado em: 16/03/2022